

RICOEUR E O TEMPO REAL: A NARRATIVIDADE COMO FICÇÃO

RICOEUR AND REAL TIME: NARRATIVITY AS FICTION

Victor Leandro Silva

Universidade do Estado do Amazonas, AM, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v2i2.78>

Recebido em: 06.09.2024

Aceito em: 02.12.2024

Resumo: O tempo tem sido um tema frequentemente debatido dentro da tradição filosófica, convertendo-se num campo profícuo de problematizações. Contudo, mesmo na contemporaneidade, os debates envidados costumam pôr de lado os achados científicos a respeito da constituição temporal, resultando em análises contrapostas à realidade em vigor. O presente artigo tem por objetivo discutir as posições filosóficas assentadas na ideia de temporalidade inscritas na obra do filósofo francês Paul Ricoeur, cotejando as proposições levantadas com os termos consolidados da física contemporânea, para, a partir daí, extrair consequências para nossa visão acerca da narrativa e da temporalidade

Palavras-chave: tempo, filosofia, física, acontecimento, narrativa.

Abstract: Time has been a frequently debated topic within the philosophical tradition, becoming a fruitful field of problematizations. Even in contemporary times, however, the scientific findings regarding temporal constitution are often overlooked, resulting in analyses that oppose the current reality. This article aims to discuss the philosophical positions based on the idea of temporality inscribed in the work of French philosopher Paul Ricoeur, comparing these propositions with the established terms of contemporary physics, and from this comparison, drawing consequences for our understanding of narrative and temporality.

Keywords: time, philosophy, physics, event, narrative.

1 Introdução

A discussão aqui proposta é oriunda das discussões expostas no livro *Questões de Tempo* (2021). Desde os primórdios da filosofia, o tempo tem aparecido como uma problemática importante e recorrentemente debatida. Não raros foram os filósofos que procuraram dar conta de compreender a natureza do mundo temporal a partir da racionalidade, dentro da qual este foi interpretado de diversas formas e por meio de variadas relações, que envolviam costumeiramente a eternidade, os ciclos, as estações, a mudança e a permanência. Isso tudo sem falar nos mitos que, anterior ou concomitantemente aos pensares dos filósofos, ofereciam uma alternativa de explicação para esse fenômeno intrigante e fugidio.

Contudo, com o alvorecer do conhecimento científico, e, particularmente, da física, surgiram experimentos e teorizações que visavam não mais simplesmente especular sobre o tempo, e sim também fundar um conhecimento em bases materiais bem definidas. Com isso, a atividade filosófica passou – ou, ao menos, deveria ter passado – a atuar somente após determinados os caracteres concretos verificáveis sobre a temporalidade, em relação aos quais o filósofo ficaria a cargo de conceber conceituações em uma perspectiva totalizante.



Assim, seguindo pelo percurso dado por tal premissa, iremos aqui iniciar nossa discussão justamente com as proposições científicas da física a respeito daquilo que pode ser tomado como sendo o tempo enquanto constituinte da realidade, para, saindo daí, extrairmos as consequências dessas investigações no exame aqui proposto.

2 O tempo e sua realidade

Coecemos por expor os apontamentos realizados por Carlo Rovelli, renomado físico italiano e divulgador científico, cujas livros se notabilizam por tornar acessíveis os problemas fundamentais da física contemporânea. Obviamente, nosso objetivo não é o de promover uma discussão avançada acerca da mecânica quântica e temas correlatos, e sim debater os principais dados científicos consolidados e suas consequências para a filosofia do tempo.

Em *A realidade não é o que parece*, Rovelli estabelece como base de uma nova teoria do tempo o modelo Eisteiniano, que representa a mais sensível mudança no que tange ao seu conceito depois de Newton e a chave para os progressos obtidos desde sua proposição. Para Einstein, a noção de tempo desobedece a uma ordem de linearidade, constituindo-se num modelo marcado pelo que se convencionou dizer “presente estendido”:

Entre o passado e o futuro de cada evento (por exemplo, entre o passado e o futuro para você, no lugar onde você está, e no preciso momento em que está lendo agora), existe uma “zona intermediária”, um “presente estendido” daquele evento, uma zona que não é nem passada nem futura. Esta é a teoria da relatividade restrita. (ROVELLI, 2017, p. 65).

Somente nessa assertiva, já temos dinamitada a noção de um tempo linear que se dirige sem interrupções do passado ao futuro. Sob a ideia de presente estendido, surge uma zona que é ao mesmo tempo passado e presente e futuro, cuja extensão irá ampliar-se à medida que os objetos se distanciam de nós. Logo, não se pode já de início falar em tempo universal ou mesmo em sua passagem direta de uma direção à outra.

Em nossa vida cotidiana, devido à proximidade, não percebemos a presença dessa zona intermediária. Mas, à medida que os objetos se distanciam, essa diferença começa a aparecer mais claramente:

Do outro lado do oceano em relação a você, a duração dessa “zona intermediária” é um milésimo de segundo, ainda muito abaixo do nosso limiar de percepção do tempo, ou seja, do tempo mínimo que conseguimos distinguir com os nossos sentidos, e que é da ordem de alguns décimos de segundo. Mas na Lua a duração do “presente estendido” é de alguns segundos, e em Marte é de quinze minutos. Isso significa que podemos dizer que em Marte há eventos que nesse preciso momento já aconteceram, eventos que ainda devem suceder, mas também quinze minutos de eventos durante os quais acontecem fatos que para nós não são nem passados nem futuros. (ROVELLI, 2017, p. 65).

Trazendo, como consequência, a ruptura de um temporal unificado e definido simetricamente, tal como se pensava até o início do século XX:

Isso implica que não podemos dizer que um evento que acontece em Marte está de fato acontecendo “exatamente agora”, porque não existe o “exatamente agora”. Em termos técnicos, diz-se que Einstein compreendeu que não existe

a “simultaneidade absoluta”, ou seja, não existe um conjunto de eventos no Universo que sejam todos existentes “agora”. O nosso “agora” existe apenas aqui. (ROVELLI, 2017, p. 66).

Desde aí, já se percebe a conexão existente entre tempo e espaço. Na verdade, o espaço está sempre ligado ao tempo, de modo que não podemos pensar um sem o outro. As coisas se movem no espaço-tempo, de modo que falar de *agora* precisa de maneira inevitável estar acompanhado de um *aqui*. Do contrário, é impossível precisar o momento exato em que ocorre um qualquer acontecimento.

Mas por que isso ocorre, quer dizer, por que tempo e espaço aparecem juntos e se modificam conforme determinadas condições? A resposta dada à pergunta por Rovelli, amparado em Einstein, é a de que o espaço e o tempo fazem parte do campo gravitacional, e que portanto se encurvam conforme a atuação desse campo, de modo a produzir diferenças temporais que, embora pouco sensíveis à curta distância, tornam-se mais constatáveis conforme os pontos de referência ficam mais remotos entre si.

Einstein previu que o tempo na Terra passa mais rápido no alto e mais devagar embaixo. A medição demonstrou que é verdade. Hoje temos relógios bastante precisos, em muitos laboratórios, e é possível medir esse estranhíssimo efeito em desníveis de poucos centímetros. Coloque um relógio no chão e outro em cima da mesa: o do chão mede menos tempo passado que o da mesa. Por quê? Porque o tempo não é universal e fixo, é algo que se alonga e se encurta dependendo da presença de massas próximas: a Terra, como todas as massas, distorce o espaço-tempo, reduzindo o tempo nas suas proximidades. É pouco, mas dois gêmeos que tenham vivido um na praia e outro na montanha descubrem que um é mais velho que o outro, ao se reencontrar (ROVELLI, 2017, pp. 79-80).

Logo, é apenas por uma certa inaptidão de nossa sensibilidade que conseguimos pensar não só o espaço e o tempo como separados, mas também a realidade temporal como pertencente a uma linha contínua que se estende do passado ao futuro de maneira ininterrupta, sem que haja em todo lugar do universo o menor atravessamento a esta, posto a realidade ocorrer de modo bastante diverso, a ponto de falar de um presente para o universo inteiro ser algo desprovido do mínimo factual sentido.

Assim, considerando tais posições, Rovelli irá nos dar, a título de síntese, a seguinte afirmação: “O conjunto de eventos no Universo não pode ser descrito corretamente como uma sucessão de presentes, um subsequente ao outro; sua estrutura é mais complicada” (ROVELLI, 2017, p. 66). A teoria da relatividade assevera que estamos dentro de uma temporalidade que se desdobra e se altera conforme determinadas condições, sem que possamos apreendê-la em uma lógica tão límpida como a que desenhamos em nossa observação comum.

Contudo, a análise de Rovelli não para por aí. Dando arrojados porém consistentes saltos especulativos, ele se propõe a pensar, no nível quântico, um mundo sem tempo. Essa sem dúvida é uma ideia ousada, mas que encontra amparo em diversas investigações da física contemporânea, dentro das quais o tempo é dispensável para a compreensão da realidade fundamental do mundo da matéria:

Em certo sentido, já não existe o espaço na teoria fundamental: os quanta do campo gravitacional não estão no espaço. Do mesmo modo, já não existe o tempo na teoria fundamental: os quanta de gravidade não acontecem no tempo. É o

tempo que nasce como consequência de suas interações. Como se evidenciou com a equação de Wheeler-DeWitt, as equações já não contêm a variável tempo. O tempo, assim como o espaço, deve surgir do campo gravitacional quântico. (ROVELLI, 2017, p. 170).

A ideia parece estranha. Mas, diz Rovelli, se pensarmos mais a fundo, não é algo tão extraordinário, uma vez que o tempo na verdade nunca é capturado diretamente por nós:

nunca medimos o tempo em si, medimos sempre algumas variáveis físicas A, B, C... (oscilações, batidas e muitas outras coisas) e comparamos sempre uma variável com a outra, ou seja, medimos as funções A(B), B(C), C(A)... e assim por diante. Podemos contar o número de batidas para cada oscilação, o número de oscilações para cada tique de um cronômetro, o número de tiques de um cronômetro em relação ao relógio da torre... É útil imaginar que existe a variável t, o “verdadeiro tempo”, que é subjacente a tudo, mesmo que não a possamos medir diretamente. Escrevemos todas as equações para as variáveis físicas em relação a esse inobservável t, equações que nos dizem como as coisas mudam em t, ou seja, por exemplo, quanto tempo demora cada oscilação e quanto tempo leva cada batida do coração. Com base nisso, podemos calcular como as variáveis mudam uma em relação à outra, por exemplo, quantas batidas ocorrem em uma oscilação, e podemos comparar essa previsão com o que observamos no mundo. Se as previsões são corretas, deduzimos daí que todo esse complicado esquema é bom, e em particular que é útil usar a variável tempo t, mesmo que não possamos medi-la diretamente. (ROVELLI, 2017, p.p. 174-175).

Portanto, em um certo nível, não temos como dizer que aferimos os fenômenos físicos em vista de uma noção clara de tempo. Seguindo esse raciocínio, o que Rovelli argumenta é que, quando estamos lidando com fenômenos em escala quântica, as formulações newtonianas ou mesmo de Einstein que envolvem o tempo não são necessárias, para não dizer inoperantes, de modo que podemos estudar sem erros eventos prescindindo da variável tempo:

No exemplo do pulso e do candelabro, não teremos o pulso e o candelabro que evoluem no tempo, mas apenas equações que nos dizem como um pode evoluir em relação ao outro. Ou seja, equações que, em vez de falar do tempo t de uma batida do pulso e do tempo t de uma oscilação do candelabro, nos dizem diretamente quantas batidas do pulso existem em uma oscilação do candelabro, sem falar de t. A “física sem tempo” é a física em que se fala apenas do pulso e do candelabro, sem citar o tempo. (ROVELLI, 2017, p. 176).

Tudo isso é pertinente, diz Rovelli, e está em vias de comprovação por variados experimentos. Não deve tardar muito, segundo sua visão, o momento em que a teoria irá assumir como perfeitamente válida a ideia de pensar o mundo sem tempo, ao menos no que tange a sua constituição mais primordial.

Contudo, ao ouvirmos tais elucubrações, não nos sentimos satisfeitos. Em nossa experiência imediata, nada disso parece tornar-se evidente, de modo que ficamos a pensar que ou essas teorias são falsas, ou trafegamos em uma existência de loucos, posto que para nós tudo aponta para um tempo que se sucede de modo inexorável do presente ao futuro, sem a menor interrupção.

A explicação dessa perceptividade errônea está, segundo Rovelli, no diálogo com a termodinâmica, em que a transferência de calor faz com que tenhamos produzida para nós a sensação de tempo. Assim, este encontra-se relacionado à noção de temperatura, de modo que

podemos falar de tempo justamente onde encontramos de algum modo essa atividade ligada à dissipação térmica:

Portanto, o tempo não é um constituinte fundamental do mundo, mas continua a ser ubíquo, porque o mundo é imenso e nós somos pequenos sistemas no mundo que interagem apenas com variáveis macroscópicas que decorrem sempre da média de inumeráveis pequenas variáveis microscópicas. Em nossa vida cotidiana, nunca olhamos para as partículas elementares isoladas, para os quanta de espaço isolados. Olhamos para as pedras, os pontos, os sorrisos dos nossos amigos, e cada uma dessas coisas que vemos é um conjunto de miríades e miríades de componentes elementares. Nós somos sempre correlatos com médias. E as médias se comportam sempre como médias: perdem calor e, intrinsecamente, geram tempo. (ROVELLI, 2017, p. 247).

Enquanto a matéria se movimenta no mundo, ela transfere calor, o que gera em nós a sensação de passar do tempo. Como esse processo não é reversível, ou seja, como o calor que se transfere não pode ser devolvido ao estado anterior, tem-se então a ideia de uma marcha inexorável somente em uma direção, marcando com isso o princípio de não-retorno.

Desse modo, chegamos a uma proposição elaborada por Rovelli que indica seu ponto de chegada no que tange às reflexões sobre o tempo: “O tempo é apenas um efeito de nossa desatenção aos microestados físicos das coisas. O tempo é a informação que não temos. O tempo é a nossa ignorância.” (ROVELLI, 2017, p. 247)

Como consequência, surge então uma refiguração temporal que se coloca em antagonismo com as concepções anteriores. Em sua realidade, o tempo não corresponde ao modelo linear e universal que costumamos acatar corriqueiramente. Também não se relaciona a nenhuma forma cíclica tal qual desenhada por certas tradições culturais e filosóficas. Aqui, a grande novidade é que tanto uma como outra teoria se afiguram inconsistentes e se apresentam como resultado da nossa limitação cotidiana em olhar com exatidão o movimento das coisas, suas transferências de calor, o seu fluxo quântico. Obviamente, podemos imaginar ainda que nada disso interfere em nossa apreensão empírica imediata dos fenômenos, porém tal não muda o fato de que estamos diante de algo que modifica nosso conhecimento da matéria e que precisa ser elucubrado em termos de sua realidade específica. Do contrário, incorreremos no risco de estarmos pensando de maneira completamente enviesada e fictícia, assim como os pseudocientistas que até hoje ainda propagam a existência de um sol imóvel e de uma terra absolutamente plana.

Porém, ao assumirmos que é necessário revisar nossas ideias tradicionais de tempo, colocamo-nos frente a um imenso problema filosófico, uma vez que boa parte das filosofias erigidas se estabeleceram utilizando-se da compreensão tradicional da temporalidade, deixando-nos desse modo agora diante da pergunta: o que acontece se alterarmos a percepção de tempo trazida nesses sistemas? Obviamente, a resposta absoluta à questão seria uma tarefa que envolveria esforços imenso e extensos, e que talvez em alguns casos não resultassem em grandes mudanças. Mas, sem dúvida, há certos casos em que tal investigação se mostra bastante profícua, o que justifica que se arvore na empreita, posto que os resultados esperados apontam para significativos enriquecimentos das teorias elaboradas inicialmente.

3 O tempo e a narrativa: Ricoeur e a tessitura da ficção

A tese central de Ricoeur, da qual as análises subsequentes surgem como forma de desdobramento, aponta para um elemento primordial que rege a estruturação tanto da narrativa ficcional quanto da historiográfica: o tempo. Na sua visão, a temporalidade constitui-se na matéria-prima com a qual o edifício da história e da ficção deve ser construído: “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15).

A constatação do caráter temporal do narrar o conduz a uma teoria ainda mais abrangente, que articula os elementos da escrita a um aspecto imanente da experiência humana do mundo: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p.15)

O homem é dado no tempo, mas este não se encontra para ele como algo que lhe é familiar. Para que seja manifesta na temporalidade a marca humana, é preciso que o tempo se dobre a uma forma de organização que esteja suscetível à compreensão, a qual Ricoeur identifica como sendo a narratividade. Somente por meio da narração, é que o tempo se estabelece de modo a que sejam vistos nele os rastros da presença e da atuação do homem, sem o que a temporalidade permanece distante. Ao mesmo tempo, a narrativa se torna significativa à medida que enriquece e aprofunda a experiência do tempo.

Para dar base a sua argumentação, Ricoeur volta-se para o estudo das *Confissões* de Agostinho e da *Poética* de Aristóteles, em que ele percebe um importante jogo de proposições acerca do tempo, que justificam sua opção:

A escolha desses dois autores tem uma dupla justificação.

Primeiro, eles nos propõem duas entradas independentes no círculo de nosso problema: um pelo lado dos paradoxos do tempo, o outro pelo lado da organização inteligível da narrativa. A independência não consiste apenas em que as *Confissões* de Santo Agostinho e a *Poética* de Aristóteles pertencem a universos culturais profundamente diferentes, separados por muitos séculos e por problemáticas não passíveis de sobreposição. De modo mais importante para nosso propósito, um inquire sobre a natureza do tempo, sem aparentemente se preocupar em basear nesta investigação a estrutura narrativa da autobiografia espiritual desenvolvida nos nove primeiros livros das *Confissões*. O outro constrói sua teoria da intriga dramática sem consideração das implicações temporais de sua análise, deixando à Física o cuidado de encarregar-se da análise do tempo. É nesse sentido preciso que as *Confissões* e a *Poética* oferecem dois acessos, independentes um do outro, ao nosso problema circular. (RICOEUR, 1994, p. 16)

O pensamento de Agostinho oferece discussões a respeito do tempo que o colocam diante de paradoxos, como o tempo e a eternidade, gerando antíteses que se desdobram e põem em xeque a possibilidade de se constituir uma forma ordenada do tempo.

Contra isso, Ricoeur apresenta a *Poética* de Aristóteles, que se mostra, para além de suas considerações sobre caracterização do gênero poético, um caminho prolífico para “o triunfo da concordância sobre a discordância” (p. 55), ou seja, para a ideia de um tempo organizado e submetido à lógica, o que remete ainda, devido às peculiaridades da teoria aristotélica, a um estudo da “imitação criadora” (p. 55), cuja aliança com o tempo surge de forma imanente.

A chave para a interpretação de Ricoeur encontra-se no *muthos* trágico de Aristóteles, que para ele é capaz de englobar as discordâncias do tempo – enunciadas em Agostinho – numa concordância, configurada por meio da intriga, que consiste no agenciamento dos fatos no tempo de modo a constituir um todo lógico e coerente.

A organização trazida pela intriga, embora preconize pelo ordenamento de uma história articulada e delimitada, não elimina a incidência das variações temporais “a discordância está presente em cada fase da análise aristotélica, embora só seja tratada tematicamente como intriga ‘complexa’” (p. 71). A aparente oposição que Aristóteles faz aos relatos episódicos, aqueles que não sucedem necessariamente de outros, na visão de Ricoeur, não pode ser entendida como uma detração completa, mas somente em um sentido específico, que é o da ausência absoluta de vínculo entre os eventos “Aristóteles não diz nada contra os episódios. O que ele proscree são, não os episódios, mas a textura episódica, a intriga em que os episódios seguem-se ao acaso” (p. 71). Assim, ele repreende a intriga em que não prevalece a totalidade organizada, e os episódios apresentam-se desconexos entre si.

Para confirmar sua posição, Ricoeur aponta os momentos na *Poética* em que o autor leva em consideração os eventos isolados ou fora da sequência lógica esperada pela sucessão de acontecimentos, em especial por conta do que ele denomina *inversão*, que ele vê definida em Aristóteles de modo: “*teatral* (péripétéia) (segundo o feliz achado dos últimos tradutores franceses) e o *reconhecimento* (anagnôrisis) a que é preciso acrescentar o *efeito violento* (pathos)” (RICOEUR, 1994, p. 72/73).

Assim, a intriga é na verdade não uma apresentação de fatos harmonicamente concatenados, mas uma “concordância Discordante” (p. 72), em que estes aparecem muitas vezes separados, porém reunidos através do recurso narrativo, que estabelece uma ordem que permita observá-los em conjunto. Com isso, a literatura surge como uma possibilidade de ordem diante do absurdo desordenado da vida, conferindo-lhe uma visão de totalidade conjunta que esta insiste em recusar: “É na vida que o discordante arruína a concordância, não na arte trágica” (p. 72).

Na Poética aristotélica, Ricoeur encontra os fundamentos da narrativa, a qual serve como principal mecanismo de humanização da experiência temporal, em que o ser humano procura incessantemente atribuir um sentido e uma logicidade aos acontecimentos da vida, que são transpostos para a literatura por meio do processo da Tríplice Mimese.

No entanto, tal não parece ainda suficiente. Como um autêntico hermeneuta, Ricoeur pergunta pela relevância da noção clássica de intriga nas formas narrativas recentes, o que o leva à formulação de questionamentos:

- a) será que um gênero narrativo tão novo quanto, por exemplo, o romance moderno, conservaria ainda o *muthos* trágico, tal que se possa também colocá-lo sob o princípio formal de discordância concordante através do qual caracterizamos a configuração narrativa? b) através de suas mutações, oferece o tecer da intriga uma estabilidade que permita colocá-lo sob os paradigmas que preservam o estilo de tradicionalidade da função narrativa, pelo menos na área cultural do Ocidente? c) a partir de que limiar crítico os desvios mais extremos com relação a esse estilo de tradicionalidade impõem a hipótese, não apenas de um cisma com relação à tradição narrativa, mas de uma morte da própria função narrativa? (RICOEUR,

1995, p. 11).

Ricoeur toma como principal ponto da análise de suas indagações o romance, o qual ele identifica como sendo um dos grandes complicadores da ideia de intriga como cerne da organização da narrativa:

É no campo do romance moderno que a pertinência do conceito de intriga parece dever ser mais contestada. De fato, desde a sua origem, o romance moderno anuncia-se como o gênero proteiforme por excelência. Chamado para responder a uma nova demanda social rapidamente cambiante, logo foi subtraído do controle paralisante dos críticos e censores. Ora, foi ele que constituiu, pelo menos durante três séculos, um prodigioso canteiro de experimentação no campo da composição e da expressão do tempo (RICOEUR, 1995, p. 17)

Por suas próprias qualidades essenciais, o romance se anuncia como um antípoda do *muthos* trágico pensado por Aristóteles. A ausência do caráter épico e o olhar voltado para a gente do povo, longe dos *homens superiores* ansiados pela literatura trágica, apontam para esse afastamento. Além disso, a exploração de aspectos psicológicos das personagens em vez dos fatos e o fluxo de consciência, que Ricoeur exemplifica em Virginia Woolf, são elementos que despontam no romance e desarticulam a definição clássica da narrativa como uma imitação da ação, já que se encontram centrados em outros fenômenos, como as movimentações do pensamento.

O romance é uma configuração do tempo, e revela a experiência humana no tempo. Para confirmar sua análise, Ricoeur envolve-se no estudo de três das mais significativas obras do gênero no século XX: *Miss Dalloway*, de Virginia Woolf, *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, e *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust, as quais ele considera *fábulas sobre o tempo* (1995, p. 183), e ensejam inusitados aspectos do problema do homem e de sua temporalidade.

Em *Miss Dalloway*, Ricoeur percebe o conflito entre o tempo mortal e o tempo monumental, o qual alcança o *status* de tempo da autoridade. Este se mostra em contraposição às temporalidades individualizadas, que, por estarem somente justapostas, criam um jogo ambíguo com a ideia de uma experiência temporal unificada.

O romance de Mann dialoga profundamente com o tempo e com a eternidade, demonstrada na suspensão do tempo do relógio em diversos momentos, tornando os paradoxos do tempo ainda mais confusos, e sem operar uma síntese organizadora. Como diz Ricoeur, em *A Montanha Mágica* a discordância prevalece, porém “a consciência da discordância ‘elevou-se’ em um grau” (1995, p. 225).

Em *Busca do Tempo Perdido* traz a retomada do tempo perdido por meio do extratemporal, que se realiza exatamente através da obra literária. É ela que faz o trabalho de recuperação do tempo. No entanto, a obra se encerra não com o triunfo do extratemporal, mas com a descoberta de que o tempo engloba a todos, e não pode ser ultrapassado.

Observando o pensamento de Ricoeur acerca da narração em seu conjunto, percebe-se o percurso que conduz à ideia de que a temporalidade constitui-se no elemento universal da narrativa, assim como do romance. É o tempo, antes de qualquer outro componente ficcional, a matéria incontornável a partir da qual o romance pode ser elaborado, ao passo que, por meio da exploração dessa matéria fundamental, a narrativa romanesca se conecta com um aspecto inescapável da condição humana, que é a sua suscetibilidade ao tempo.

Tem-se, portanto, um expressivo caminho para a outra dimensão do romance. Transpondo para a questão da universalidade romanesca a assertiva ricoeuriana de que o tempo se humaniza na medida em que é organizado narrativamente, e que a narrativa ganha significado quando retrata a experiência humana no tempo, pode-se considerar que o romance somente aprofunda sua universalidade à proporção que investiga a experiência temporal do ser humano. Desse modo, pensar um romance como eminentemente universal é algo que ganha pleno sentido se a configuração romanesca persegue o traço pelo qual o romance se universaliza e remete a uma marca comum a todo indivíduo, sua temporalidade.

Fixados os pontos-chave da teoria narrativo-temporal de Ricoeur, chegamos ao momento de confrontar a especulação temporal ricoeuriana com os achados científicos da física contemporânea, a fim de deslindar caminhos que possam responder a um projeto assertivo de teoria materialista da narrativa, o que em outras palavras condiz nada mais do que com a ideia de uma teoria narrativa sob um tempo real.

Voltemos à premissa fundamental do filósofo: o tempo se humaniza à medida em que é tratado narrativamente, ao passo que a narrativa se torna significativa na proporção em que revela a experiência humana no tempo. Mas, que experiência é essa? Na perspectiva ricoeuriana, é a de um ente dentro do qual todos estamos e podemos sentir suas ações. Contudo, o problema está em que, como a física já nos demonstrou, tal experiência é intangível pelos indivíduos. A rigor, ninguém tem uma experiência do tempo. No limite, poderíamos falar que capturamos a experiências dos fatos no tempo, o que não seria a mesma coisa, porém mesmo essa afirmação careceria de sustentação realística, pois essa captura indireta não nos conduz à experiência do tempo da forma como ele se dá, em termos variáveis e relativos, e sim num painel de unidade que nossa mente persiste em manter, e que se revela falso quando cotejado com a autêntica dinâmica do mundo. O tempo, já disse Rovelli, é a nossa ignorância.

Assim, falar da intriga como fazendo a tessitura do tempo só pode aparecer a nós como algo próximo de um falsete, um artifício, e é exatamente nesse ponto que provavelmente reside sua relevância. Respondendo à proposição básica de Ricoeur, o que diríamos como mais provável, e nisso damos imediatamente prova da força de seus estudos, é que o que a narrativa faz em lugar de manifestar os traços da vivência temporal humana é na verdade organizar os fatos de tal maneira que eles se vejam urdidos em uma estruturação assimilável, a qual só é possível se figurarmos nesta a ilusão de uma temporalidade que se move de forma mais ou menos ordenada de trás para frente, gerando com isso a tão propalada ordem do tempo.

De certa maneira, pode-se falar que estamos aqui retroagindo um passo no argumento de Frank Kermode (2023) de que a literatura foi criada para produzir em nós a noção de sentido dos fatos, sem a qual não teríamos consolo diante do cenário de uma existência tresloucada e difusa. Somente que, antes de pensar em qualquer sentido, é preciso pôr os eventos numa sequência lógica, o que, se o fizessemos capturando-os puramente do real, seria impossível, dada sua multiplicidade e condição aleatória. Logo, é preciso amarrá-los por meio de uma invenção (lembrando que a própria ciência o é em algum sentido) mentirosa (isso a ciência já não propõe) porém eficaz, e que faça com que cada um de nós se perceba como situado no conjunto anárquico dos fenômenos em que imergimos.

Portanto, mantendo-se um aproveitamento máximo das valiosas contribuições de

Ricoeur, o que é proponível sob um horizonte materialista é que: 1-os indivíduos não dispõem de qualquer acesso imediato à experiência do tempo real; 2-contudo, nós continuamos num mundo de fatos enquanto sujeitos do conhecer, e que sentem a necessidade de se orientar mediante algum tipo de ordenamento compreensível dos eventos; 3-a narrativa constitui exatamente o modo pelo qual ordenamos as coisas ocorrentes, e que só é possível de ser formatada mediante a invenção de um tempo ilusório que parte de um princípio a um fim, em uma sequência de eventos invariavelmente sucessivos.

O tempo é, desse modo, a ilusão necessária do ficcional, seu acordo formal fabuloso, dado antes mesmo do mundo do texto. Que toda nossa realidade se formule assim, não é algo que impressione. O próprio Ricoeur já nos disse que não há diferença entre a narrativa histórica e a de ficção. Claro, também poderíamos imaginar o impacto dessa visão para a teoria narrativa em geral, porém nos parece muito por ora discutir seus consequentes literários. Então, é a esses que vamos nos restringir.

O esquema tradicional de análise de narrativas literárias prevê a aparição de quatro componentes mínimos, quais sejam, o tempo, o espaço o narrador e a personagem. Em minha exposição anterior, propus, seguindo os achados ricoeurianos, que somente o tempo seria irreduzível na trama. Uma obra pode perfeitamente prescindir de uma espacialidade, de itens demarcadores da presença de um narrador - ao menos em um sentido mais convencional - e de personagem, com a ação desenvolvendo-se sem caracteres específicos. A proposta, naquele momento, era encontrar no tempo a chave do fundo universalizante da ficção. Contudo, a tese materialista não pode outra coisa que não dinamitar essas posições. Aquilo de que uma narrativa não pode abrir mão são de fatos, não de tempo. Isso num sentido fundamental. Em termos mais comuns, o objeto que chamamos de tempo no texto na verdade corresponde a sua época, sua situação histórica, ou, no caso de nos referirmos ao tempo próprio do desenrolar da trama, falaremos da sequência de eventos que estão ali ordenados, para os quais dia, semana, mês, ano, século são apenas a enumeração que fazemos para gerar a sua organização, sem que a experiência relatada ali seja da temporalidade e sim do acontecer.

Nesse ponto, é aceitável objetar que a divisão em dias e meses e anos é algo dado no mundo humano, e que a literatura apenas o reproduz. Isso é inteiramente correto. No entanto, é preciso lembrar-se de novo que o narrar não pertence exclusivamente ao literário, logo, não é de se assustar que tais correspondências apareçam. A rigor, não há distância entre os fatos do dia que contamos a um familiar e um conto que escrevemos; tudo são formas de narração. Assim, o que a literatura realiza são esquemas modelares que produzem a ficção temporal no seu mais alto nível, a ponto de abrir com ela inúmeras janelas de sentido. Portanto, cabe dizer que a criação literária é o modo assumido como tomamos a narrativa em seu propósito de conferir um logos ao caos, sem que tenhamos cair na armadilha do verdadeiro e do falso, posto estes encontrarem-se em suspenso. Todos nós, ao nos lembrarmos de algo ou contarmos uma história, já narramos, e, nesse narrar, produzimos um falseamento. O que o artista faz é dar a isso um delineamento mais bem acabado e significativo, ao qual nos reportamos aqui.

O problema encontra-se na verdade em que, quando levamos a sério demais essa ficção ficcionalizante que é o tempo humano distanciado do tempo objetivo, acabamos por elidir um material importante e que nos ajudaria muito na abordagem e no entendimento da narrativa e do

que ela substancia. Um indivíduo, por exemplo, que vê em si simplesmente o “passar do tempo” e não o processo biológico do envelhecer, finda por apegar-se a um adversário invisível, e pensa por exemplo que bastaria o relógio voltar para trás para sua pele voltar a ter a luminosidade da de um adolescente, sendo que isso nem de perto estaria próximo de ocorrer em tal situação. Se o tempo fosse uma espécie de trem em que todos andássemos e que de repente fosse dar a marcha a ré, isso não teria consequência alguma sobre os eventos passados em nosso corpo. O desenvolver das ações não tem relação com a direcionalidade do tempo. Sua retroação é inviabilizada pelos fatos que evoluem, e não pelo lado dos seus trilhos. Logo, o que se observa é que a colocação correta do constituinte temporal enquanto fabulação e o entendimento da narrativa puramente como agenciamento de fenômenos nos permite perceber aquilo que é tal como se dá realmente: um percurso biológico, histórico, existencial, eventual e assim por diante. E a permanente vontade humana de reunir o domínio mental disso tudo em uma amarra habilmente enlaçada e coerente, cuja forma expressiva dotada de maior persuasão é a narrativa.

As limitações e distorções provocadas pelo paradigma temporal fictício em vez do concreto acontecimental podem ser notadas na leitura que o próprio Ricoeur realiza (1995) de suas fábulas sobre o tempo, especialmente no caso de *A montanha mágica* de Thomas Mann. Ali, desde o princípio, uma inconsistência desponta e nos salta aos olhos, posto a interpretação ricoeuriana, à primeira vista óbvia e irrepreensível, estar assentada no conflito temporal entre a montanha e a planície, ou seja, o tempo humano contado e corrente e o tempo mítico em suspenso do sanatório frequentado por Hans Castorp e seu entorno. Ora, é muito curiosa nesse momento a inversão que se dá entre a realidade e o ficcional, uma vez que, no mundo concreto, o tempo registrado no alto de uma montanha passa mais rápido do que o de quem está na planície, enquanto na literatura justamente essa lógica é que é subvertida, gerando todo um conjunto de compreensões que Ricoeur elabora de modo muito competente. Porém, se fôssemos olhar de maneira verdadeiramente atenta, o que veríamos é que na montanha simplesmente há um menor acúmulo de fatos humanamente significativos ou notáveis, enquanto na cidade se dá justamente o inverso disso, e que os conflitos que patentemente deveríamos destacar são os da aceleração do mundo moderno em contraste com outras formas mais antiquadas de vida. Todavia, é certo que esse direcionamento iria retirar muito do lirismo e da poeticidade inscritos no romance, bem como na interpretação de Ricoeur, de modo que, em que pesem os virtuais ganhos de concretude, preferimos, ao menos por agora, abrir mão de avançar em nosso empreendimento, o que sem dúvida é algo que faremos às expensas do real.

Que esse recuo não se torne hábito, e sim seja uma breve concessão afetuosa ou licença poética. De qualquer modo, nosso ponto de vista se mostra evidente. Ler as narrativas como ordenamento acontecimental difere e nos proporciona uma crítica muito mais razoável e conexa com o real que a oferecida pelo paradigma do tempo, inclusive no que diz respeito ao exame que se tem dos reendereçamentos que a narrativa de ficção toma a partir do modernismo: elas não são, como asseverava Ricoeur, tentativas de romper com a unidade da intriga ou de testar seus limites, e sim de deixar mais claro o artifício próprio de que se incumbe o narrador, qual seja, o de arquitetar uma maneira de os fatos se concatenarem de maneira uniforme e constituírem concentrações de sentido, opondo a este a entropia imanente e inalinhável do mundo físico. Assim, na narrativa contemporânea, o que se perde em conformidade é o que se ganha em

intuição essencial da concretude.

4 Considerações finais

Não é de causar espanto que se façam revisões e críticas em torno de ideias filosóficas bem fixadas. Pelo contrário. Trata-se de uma prática comum à filosofia desde os seus princípios. Já entre os pré-socráticos, não houve grande discípulo que não colocasse o pensamento de seu mestre sob escrutínio.

Assim, a proposta aqui elaborada girou em torno do questionamento das suposições de tempo contidas em Ricoeur, a qual, longe de ser um mero exercício de gratuidade especulativa, mostrou-se a nós de importância premente, dada não só a relevância das obras elencadas, como também as potencialidades reflexivas advindas da ligação entre estas e o que a ciência tem encontrado e firmado sobre o tempo físico.

Afinal, seria estranho que pudéssemos construir uma filosofia para um tempo que não existe, e isso não fosse possível para um outro de fato existente. A pretensão de verdade e realidade, desde o início, também está no cerne da consumação filosófica. Que se siga por ela, é algo imprescindível para que sua pertinência permaneça clara e evidente no mundo em que estamos.

Referências

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **In: Obras Escolhidas – magia e técnica, arte e política**. 1 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CONCHE, Marcel. **A análise do amor**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1998.

KERMODE, Frank. **O sentido de um fim**. São Paulo: Todavia, 2023.

RICOEUR, Paul, **Tempo e narrativa** (tomo 1). Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul, **Tempo e narrativa** (tomo 2). Campinas, SP: Papyrus, 1995.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2005.

ROVELLI, Carlo. **A realidade não é o que parece: A estrutura elementar das coisas**. Rio de Janeiro: Objetiva. Edição do Kindle. 2017.

SILVA, Victor Leandro da. **Questões de tempo: fundamentação para uma teoria materialista da narrativa**. – Cruz Alta : Ilustração, 2023.